



A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE PARA ALÉM DOS DESEJOS DA MULHER

PIOVEZAN, Letícia Brito¹
CRUZ, Reinaldo Pereira da²

RESUMO

Uma maior liberdade de escolha vem sendo conseguida pela mulher dentro da sociedade com o passar do tempo, devido às modificações nos padrões sociais, ainda que alguns temas tenham que ser revistos por conta de estigmatização dos mesmos. O tema maternidade ainda é sugerido como possibilidade de destino natural para a mulher, por isso o objetivo deste trabalho foi promover uma reflexão sobre a mulher contemporânea em relação ao desejo e expectativas sociais pela maternidade, a fim de revelar e esclarecer o que foi estigmatizado como instinto. Para a realização deste trabalho, o método utilizado foi o da pesquisa bibliográfica narrativa – revisão de literatura, de modo a fazer pensar no contexto sociocultural que envolve a mulher e as aspirações da sociedade em cima de seu protagonismo. A partir das discussões, pudemos concluir que, com base no pressuposto da construção social, para a mulher, a maternidade não deve ser um destino natural, e sim uma escolha.

Palavras chave: Construção Social; Desejo; Maternidade; Mulher Contemporânea.

ABSTRACT

A greater freedom of choice has been achieved by women within society over time, due to changes in social standards, although some issues have to be revised because of their stigmatization. The theme motherhood is still suggested as a possibility of natural destiny for women, so the aim of this paper was to promote a reflection on contemporary women in relation to the desire and social expectations for motherhood, in order to reveal and clarify what was stigmatized as instinct. For the accomplishment of this work, the method used was the narrative bibliographic research - literature review, in order to make think in the sociocultural context that involves the woman and the aspirations of the society upon its protagonism. From the discussions, we could conclude that, based on the assumption of social construction, for women, motherhood should not be a natural destiny, but a choice.

Keywords: Social construction; Desire; Maternity; Contemporary woman.

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF – leticiabpiovezan@gmail.com

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF – rp.cruz@unesp.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca promover uma reflexão sobre a mulher contemporânea em relação ao seu desejo e as expectativas sociais que lhe são impostas, como a maternidade. A partir de uma revisão bibliográfica narrativa, discutiremos sobre os estigmas e a imagem que recaem sobre o feminino.

O tema maternidade mobiliza emocionalmente as mulheres, embora os avanços dos movimentos femininos permitam contrapormos que nem todas as mulheres demonstram interesse em exercer esse papel. Para realização do objetivo desse trabalho, colocaremos em pauta a maternidade, a fim de revelar e esclarecer o que é estigmatizado como instinto, aliando a pesquisa ao método qualitativo de revisão bibliográfica narrativa.

O tema firmou-se a partir da leitura de um romance-ficção, de Margaret Atwood, intitulado de *O Conto da Aia*, o qual a sociedade defende uma forma de repopulação, por meio da maternidade obrigatória imposta para as aias. Em seu romance, Atwood (2017) retrata uma sociedade distópica, radicalmente anulada por uma revolução teocrática após uma guerra, em que parte da população fora atingida pela radiação, a República de Gilead. O romance é narrado em primeira pessoa pela Aia Offred, uma serva da casa de um comandante. Fred, o comandante da Aia Offred, ocupa um lugar de alto escalão e é um dos precursores das ideias do atual governo, munido pelas interpretações do Velho Testamento bíblico.

Atwood usou sua narrativa para demonstrar as diversas possibilidades de dominação que povos podem sofrer ao imaginar um País comandado por cristãos radicais. Ao longo da escrita de Atwood (2017), conseguimos ver o quanto a mulher que não deseja ter filhos pode ser punida de diversas maneiras. Mesmo se tratando de uma ficção, a autora consegue retratar os abusos que são feitos contra as mulheres que não exercem o chamado de talento natural (biológico).

Desde o início da civilização até os dias atuais, são feitas associações entre a mulher e a maternidade. As constantes mudanças sociais nos fazem questionar essa situação há muito tempo entendido como natural e instintiva. Parte do controle sobre os corpos femininos se devem às atuações da biopolítica, agravando o protagonismo da submissão feminina.

2 DESENVOLVIMENTO

Se pensarmos no protagonismo da mulher em relação à sua submissão, que foi e é uma realidade para nós, exploraremos a referência que Engels (1984) faz às anotações de Marx, com base no estudo antropológico de Lewis Morgan, que refere uma transição da gens matriarcal para a patriarcal. Na obra, Engels (1984, p.61) faz questão de ressaltar a repressão sexual imposta às mulheres na passagem patriarcal, além da monogamia, se tornando “um simples instrumento de reprodução”. Engels retrata o início da civilização ateniense, mas independente do período histórico em que se trata os fragmentos de seu texto, ele descreve diversas formas de relação e constituição de família, e o que perdura até os dias de hoje é o acordo monogâmico, seu cumprimento só servia para as mulheres, e ainda é visto desta maneira.

No resgate de Engels (1984, p. 70), pelas anotações de Marx, ele não deixa de evidenciar que “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Neste sentido, conseguimos delinear em qual termo foi empregado a desigualdade da mulher, de modo que, no decorrer da referida obra, a mulher é impelida a uma realidade em que ela é vista como cuidadora do lar, procriadora e desmerecedora de opinião e, diante disso, por longos séculos, fora prometida em casamento com base na sua posição socioeconômica.

O contexto sociocultural padroniza comportamentos e impõe estereótipos que passam a ser aderidos. Assim, exposto na obra de Maria Rita Kehl (2016), a cultura confere lugares aos sujeitos, e a construção do feminino é, em sua essência, “como você elabora e compõe a sua relação subjetiva com a sexualidade” (2017); a mulher, a feminilidade e o feminino se combinam de formas diferentes em cada uma das mulheres. Para a realização disso, Kehl (2016, p.20) visa o objeto de pesquisa dela que são as mulheres “entendidas uma a uma em relação com sua posição feminina e a feminilidade”.

Apesar de não perdurarem as fórmulas de como ser homem e mulher, Kehl (2016) afirma existirem atributos que são impostos e variam de acordo com o contexto sociocultural ao qual os indivíduos fazem parte. Atributos que podem padronizar comportamentos e impor estereótipos.

O ideal de feminilidade é resultado de discursos do imaginário social, que se devem às expectativas familiares, religião e o senso comum, e são constituídos de dotes

que toda mulher deve dispor para ser considerada “verdadeiramente uma mulher” (KEHL, 2016, p.26).

2.1. A maternidade

O conceito de maternidade e amor materno foi por muito tempo entendido como instinto, sem que se soubesse o sentido literal desse termo. A maternidade é esperada como qualidade inata para que a mulher se torne personagem essencial da relação materna, sem que possa fazer refutações sobre o suposto instinto.

Badinter (1985, p.11), ao questionar a origem do amor materno, ressalta que, “embora muitos cientistas saibam perfeitamente que o conceito de instinto está caduco, alguma coisa em nós, mais forte do que a razão, continua a pensar na maternidade em termos de instinto”. Estigmatizar o instinto, carregando sua definição de pressupostos ideológicos, faz com que coibamos a mulher a manifestar tal instinto; então, partindo desse pressuposto, como se classificariam as mulheres que não revelam a condição que a sociedade impõe como inata à sua natureza?

Mesmo reconhecendo que as atitudes maternas não pertencem ao domínio do instinto, continua-se a pensar que o amor da mãe pelo filho é tão forte e quase geral que provavelmente deve alguma coisinha à natureza. Mudou-se o vocabulário, mas conservaram-se as ilusões (BADINTER, 1985, p.21).

O Capitalismo foi um marco para a ascensão das mulheres, mobilizado pela necessidade de mão de obra para que a produção tivesse um baixo custo, pois o salário da mulher tinha uma notável discrepância em relação ao do homem, para ainda assim terem turnos dobrados, pois não extinguia os compromissos domésticos, tais como cuidar da casa e dos filhos. O biopoder surge com o desenvolvimento da sociedade capitalista e o aparecimento do Estado.

A emergência do biopoder só se dá a partir da firmação da governamentalidade. Governamentalidade é um conjunto de instituições, práticas e formas de pensamento próprias desta forma de exercer o poder, em que temos a população como alvo principal, a economia política como saber mais importante e os dispositivos de segurança como instrumento técnico essencial (FERNANDES; RESMINI, 2015).

A biopolítica tem seu fundamento no pensamento médico, o qual permite aplicar a sociedade uma distinção entre o normal e o patológico. Em termos de maternidade, o corpo da mulher é sequestrado pelos princípios do biopoder, fundamentado no pensamento médico que faz com que seja imposto para que as mulheres concebam filhos e inviabilizam medidas esterilizantes, como a laqueadura, para as mulheres que não desejam ter filhos. Segundo a Lei nº 9.263/96, Capítulo I que versa sobre o Planejamento Familiar, é prescrito no Art. 10 que somente será permitida a esterilização voluntária nos casos em que a mulher tenha pelo menos “dois filhos vivos”. É inegável que o biopoder tem posse pelo corpo feminino, e versa sobre o seu destino.

A desobediência das mulheres ao estigma da maternidade, faz com que sejam estas descritas como anormais e psicologicamente problemáticas. Na atualidade, já temos canais que disponibilizam o lugar de fala da mulher para se expressar da maneira que lhe convier; não que a mulher não tenha assumido formas submissas em diversas épocas anteriores, formas estas que as transformavam em papéis que muitas vezes não representavam seus desejos.

O caráter objetivo da sociedade tendia a simplificar e a naturalizar os fenômenos humanos, que muitas vezes pautasse com práticas excludentes. Existem questões que atravessam o desejo da mulher em ser mãe. Reduzir a experiência da maternidade a questões orgânicas é desconsiderar o sujeito e toda complexidade que o acompanha. (COLARES; MARTINS 2016, p.43)

Para Iaconelli (2013, p.26), “a história tem sido contada a partir da perspectiva masculina de gênero”, e os testemunhos escritos pelas mulheres só são levados em consideração a partir da década de sessenta. Portanto, diante da relevância desses dados, e considerando que o lugar de fala sobre a maternidade é das mulheres, tentaremos desenvolver este trabalho, embora não exclusivo, mas prioritariamente, a partir da fala de autores do gênero feminino.

As crenças de uma sociedade podem, por vezes, serem impositivas com os desejos de alguns indivíduos da sociedade. Na atualidade, mulheres de todas as idades e de todos os lugares do mundo refutam a ideia de maternidade como qualidade inata do seu gênero. Não que a necessidade de desmistificação da maternidade como instinto não tivesse sua origem no passado, até por conta disso, Elisabeth Badinter vendeu milhares de cópias na década de 1980, no início da publicação de seu livro com o título original

de *L'amour em plus*, com sua tradução para o português como *Um amor conquistado: o mito do amor materno*.

Em sua obra, Badinter (1980, p.11) faz uso da definição do dicionário Larousse, do século XX, que descreve o instinto materno como “uma tendência primordial que cria em toda mulher normal um desejo de maternidade e que, uma vez satisfeito esse desejo, incita a mulher a zelar pela proteção física e moral dos filhos”. Considerando essa definição, não seria o zelo pela proteção física e moral dos filhos um dever de ambos os pais de uma criança? Ou, mais profundamente, não poderíamos questionar o que será feito das mulheres que não manifestam tal instinto? Não só nessa definição de dicionário, mas em outras páginas da literatura, e em discursos ouvidos em diversas pautas sociais, não estariam definindo um controle sobre o corpo das mulheres?

A reprodução e maternidade sempre foram questões fundamentais para qualquer grupo social, e essas questões vêm sendo cada vez mais normatizadas. Badinter (1985, p.25) evidencia que as “mulheres devem ser consideradas em suas diferentes variáveis: mãe, esposa e mulher”.

Ao longo da escrita de Elisabeth Badinter (1985, p.26), a autora indica membros da micro-sociedade familiar e contextualiza sobre os valores dominantes da sociedade, enquanto se define em funções os papéis e os deveres de cada membro da família. Ela expõe que “quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai”, e que embora a sociedade valorize ou deprecie a maternidade, as normatizações sobre os efeitos da maternidade apenas padronizam o papel de uma boa mãe. Quando, em sua obra, buscamos referências que traduzam as funções e os papéis paternos, Badinter expõe que sobre o filho impera a autoridade paterna, que tem o direito absoluto de julgar e punir, e usa como referência os textos sagrados, escritos 900 anos antes de Cristo, como o Vedas, Árias, Bramanas e Sutas, para poder determinar a posição que é concedida ao pai dentro da micro-sociedade familiar; não obstante, dentro desse contexto, a mãe exerce apenas suas funções maternas e é então desapropriada de suas aspirações de mulher.

Acompanhando a linha do tempo feita na obra de Elisabeth Badinter (1985, p.30), o advento de Cristo proclama uma mensagem revolucionária sobre a estrutura familiar, em conjunto com as referências usadas pela autora, uma vez que “marido e

mulher eram iguais e partilhavam dos mesmos direitos e deveres em relação aos filhos”. Sendo assim, a Bíblia Sagrada pode ser usada para expor como a Teologia Ocidental moldou a sociedade e é usada como prescritora de comportamentos. No início de Gênesis, como também em outros textos sagrados, podemos exhibir contribuições que carregam consequências para a história das mulheres, uma vez que, na história do pecado original, a mulher é responsável pelo pecado, tendo cedido às tentações que outrora Deus havia lhe avisado.

Não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza (FOUCAULT, 1996, p.22).

Portanto, quando em sua obra, Foucault fala sobre o discurso, ele não deixa faltar a explicação sobre as instituições e seu papel doutrinador. Ele complementa:

Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 1996, p.39).

Recordemos que na passagem de Gênesis na Bíblia (1999 p.49), após a criação do mundo e o Jardim do Éden, Deus criou Adão à sua imagem e semelhança, e permitiu que ele se alimentasse de todos os frutos das árvores do Jardim do Éden, proibindo-o apenas de se alimentar do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Vendo a solidão de Adão, Deus o fez adormecer e retirou sua costela e, a partir dela, criou a mulher, Eva, a qual cedeu aos discursos tentadores da serpente, aceitando o fruto proibido, partilhando-o com Adão. Após Deus ver a desobediência de suas criaturas, as maldições caíram em cima de Eva. Deus disse que, com uma imensa dor, Eva pariria seus filhos e que sua paixão seria apenas do marido, o qual a dominaria.

Em relação a essa passagem bíblica, para Badinter (1985, p.34), “o conceito de paixão implica, necessariamente, às ideias de passividade, submissão e alienação, que definem a futura condição feminina”. A partir dessa análise, podemos dizer que a mulher foi culpabilizada por suas fraquezas e pela infelicidade do homem, transformando-se assim no símbolo do Mal.

Sob a ótica de Elisabeth Badinter (1985, p.37), a partir das interpretações da Bíblia Sagrada, e baseando-se nos textos de Santo Agostinho, filósofo cristão e o primeiro filósofo medieval pertencendo ao período da baixa Antiguidade, certos doutores da igreja imputaram às mulheres uma “malignidade natural”.

Assim, a Igreja Católica, com seu imenso papel civilizatório, repressor e moral que foi desempenhando ao longo do tempo, mostrou a mulher por meio de imagens mais negativas que positivas – de pecadora, traidora, ingênua, incompetente – e só apresenta em imagens positivas – como a Virgem – que podem, apesar desse atributo, pelo fato de ser mulher, tornar-se santa pela maternidade (EMÍDIO, 2008, p.47).

Nota-se que, ante à relevância da Igreja Católica sob a sociedade, foi devotado à mulher o papel de companheira, tendo que dispor de obediência e submissão para perpetuar o seu papel na construção da desigualdade, mais especificamente de inferioridade em relação ao homem.

Vemos complementar as páginas da obra de Elisabeth Badinter (1986), um contexto histórico minimalista, o qual ela conta com riqueza de detalhes o que acontecia com o passar dos séculos com a micro-sociedade familiar e os conceitos sociais de determinadas épocas. A mulher foi sensível ao discurso de que teria o direito à cidadania em determinada época apenas por ser uma “boa mãe”. Contudo, nem todas as mulheres se sensibilizaram da mesma forma e cederam a esse discurso, que se propaga desde uma época que Badinter consegue descrever em sua obra.

É explícito na referida obra que as mulheres tiveram um grande afastamento de suas funções maternas, havendo na sociedade uma onda de terceirização para as amas de leite. Datada no século XIII a primeira agência de amas em Paris, que limitavam a oferta apenas às famílias aristocráticas. Mais tarde, generalizou-se, tornando-se quase acessível à outras classes sociais por questões de necessidade.

Os significados da maternidade associados ao amor e ao cuidado passaram a afirmar referenciais de valores considerados ideais. Discursos culturais, durante séculos, recrutaram mulheres a se identificarem com eles, tornando-os como verdades e constituindo suas identidades femininas (COLARES; MARTINS 2016, p.43).

No desenrolar das mudanças ocorridas na sociedade, os papéis destinados às mulheres passaram a ser questionados. Assim, foram determinados outros e novos

espaços para serem por elas ocupados. As mulheres puderam se colocar como sujeito detentor de necessidades e desejos.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, sendo considerada um estudo qualitativo que possui como foco a descrição e a discussão, de forma ampla, de um determinado assunto. Para sua realização, foi necessário definir objetivos que correspondessem à demanda do tema e pesquisar por obras que abordassem a temática da maternidade de forma ampla.

O projeto de pesquisa deste artigo teve início na Biblioteca da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF. Inicialmente, a pesquisa por títulos que pudessem suprir as exigências do tema foi feita com busca no portal de referências. Por meio de orientações do trabalho de conclusão de curso, foi sugerida pesquisa e leitura de obras de autores que pudessem sustentar o tema proposto. Foi necessária a aquisição de obras para um estudo mais intenso sobre o tema e atender seus objetivos. Algumas obras são de difícil acesso, tanto por sua leitura complexa, quanto pelo esgotamento nas prateleiras das livrarias. As buscas na internet possibilitaram o acesso a materiais digitalizados na íntegra, que contribuíram com boa parte do desenvolvimento deste artigo, todos devidamente referenciados.

A complexidade do tema trouxe implicações que foram importantes levar a debate em orientação e acrescentou um conteúdo significativo para o trabalho, tanto na busca de origem de palavras e definições de vocabulário, quanto para a condução do conteúdo exposto no artigo, para que fossem atendidos os seus objetivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto sociocultural, o qual padroniza comportamentos e impõe estereótipos, precisa findar suas regras nomeadas por Kehl (2016, p.26) como “normas de conduta”. É necessário oferecer lugares para os sujeitos, mas apenas se forem condizentes com seus desejos. É indispensável olhar para a força que o biopoder exerce sobre os corpos e condutas femininas.

Na revisão proposta, não percebemos uma negação do amor materno, mas é importante salientar que esse sentimento não acomete essencialmente todas as mulheres, não havendo nenhuma conduta universal e necessária para o sujeito mãe e para o sujeito

mulher. A partir do pressuposto da construção social, para a mulher, a maternidade não deve ser um destino natural e sim uma escolha. É esperado que, com a reflexão que este trabalho buscou promover, seja evidenciada a necessidade de escutar cada mulher em sua singularidade.

REFERÊNCIAS

ATWOOD, M. E. **O conto da Aia**; Tradução de Ana Deiró. 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.263 de 1996**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm>. Acesso em 21 de out de 2019.

BÍBLIA SAGRADA. **Ave Maria**. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. 123 Ed. São Paulo: Editora Ave Maria Ltda, 1999.

COLARES, S. C. dos S; MARTINS, R. P. M. **Maternidade: uma construção social além do desejo**. Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 6, n. 1, 2016, p. 42-47 Disponível em <<http://periodicos.unincor.br/index.php/iniciacaocientifica/article/view/2654>>. Acesso em 20 de jun de 2019.

EMÍDIO, T. S. **Diálogos entre feminilidade e maternidade: um estudo sob o olhar da mitologia e psicanálise**. Assis, 2008. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105615/castro_te_dr_assis.pdf;jsessionid=F71BC4C17DED9A323870467F01FEA306?sequence=1> Acesso em 23 de jun de 2019.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado: Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan**. 9. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1884.

FENANDES, D; RESMINI, G. Biopolítica. 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/biopolitica.html>>. Acesso em 16 de out de 2019.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GRADVOHL, S. M. O; OSIS, M J. D; MAKUCH, M. Y. **Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade**. Pensando fam., Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 de ago de 2019.

IACONELLI, V. **Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna.** 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.47.2013.tde-07052013-102844. Acesso em 12 de ago de 2019.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino:** a mulher freudiana na passagem para a modernidade; 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KEHL, M. R. **Subversão política e prática,** Entrevista à Revista Cult edição 216 - 2 de junho de 2017. Disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/maria-rita-kehl-subversao-politica-e-pratica/>> Acesso em 14 de out de 2019.